

Língua Brasileira de Sinais na formação de servidores públicos municipais de uma cidade do interior paulista

Brazilian Sign Language in the training of municipal public servants in a city in the interior of São Paulo

Adriana do Carmo Bellotti¹

Luci Pastor Manzoli²

Rosa Gonçalves de Oliveira³

Roberto Antonio Alves⁴

Resumo: O presente artigo teve por objetivo analisar os efeitos de um curso de formação em Libras a um grupo de servidores públicos de diferentes setores municipais de uma cidade do interior paulista, com vistas a dotá-los de conhecimentos básicos para oferecer um atendimento mais qualificado aos surdos e atenuar as barreiras comunicativas entre ambos. Teve como participantes 37 servidores públicos, numa carga horária de 30 horas contando com a presença de profissionais ouvintes especializados na área e dois surdos fluentes em Libras. Aplicou-se um questionário inicial para atender às demandas dos servidores e um final sobre a autoavaliação de seus aprendizados e expectativas. Os resultados mostraram que a maioria considerou o curso de grande importância e se sentiu mais preparada para oferecer aos surdos um atendimento de melhor qualidade, mas, também, houve aqueles que responderam ainda sentir certa insegurança, requerendo um maior tempo de prática e estudo para estabelecer uma comunicação de maior alcance para compreensão mútua. Em relação à formação recebida, esta foi considerada eficaz e em conformidade à importância de aprender essa língua, ao menos basicamente, não só para a comunicação em serviço, mas para a inclusão social destacando a relação estabelecida entre teoria e prática, em todos os instantes, o que proporcionou uma formação mais crítica e reflexiva sobre os conhecimentos adquiridos. Frente à inclusão

1 Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP Araraquara e Especialização em Tradução e Interpretação de Libras/Português. Atua como docente contratada na Universidade São Paulo (USP), campus de São Carlos vinculada ao Departamento de Matemática e na Universidade de Araraquara (UNIARA). Tradutora e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa concursada na Câmara Municipal de Araraquara. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino Básico e Educação Especial – GEPEB-EDESP (UNESP - FCL/Ar), credenciado pelo CNPq.

2 Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo- USP-SP. É professora assistente doutora na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Campus de Araraquara. Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (FCLAr/UNESP) como docente e orientadora. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino Básico e Educação Especial – GEPEB-EDESP. Atuou como professora do ensino fundamental 1ª a 4ª série e também na área de Educação Especial. Desenvolve pesquisas com as temáticas: surdez, deficiência intelectual, aprendizagem de leitura e escrita, adaptação curricular, formação de professores e inclusão escolar.

3 Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação Escolar. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas na Educação Básica Educação Especial – GEPEB - EDESP (UNESP - FCL/Ar). Formada em Letras Libras. É Tradutora e Intérprete de Libras no Instituto Federal de São Paulo, Campus Araraquara. Tem experiência na área da educação de surdos, com ênfase em Libras - Língua Brasileira de Sinais.

4 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus Presidente Prudente. Mestre em Educação Escolar. Professor do Magistério Superior da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialização em Metodologia da Ação Docente e Educação Especial: Educação Bilíngue para Surdos. Com certificação de PROLIBRAS (Proficiência no Uso e no Ensino de Libras - Nível Superior).

social, faz-se necessário a realização de cursos de formação em Libras, uma vez que a condição linguística do surdo se realiza na modalidade de transmissão visual-espacial em vez de oral-auditiva como nas demais pessoas.

Palavras-chave: Difusão Da Libras; Setor Público; Formação de Servidores Públicos.

Abstract: This article aimed to analyze the effects of a training course in Libras on a group of civil servants from different municipal sectors in a city in the interior of São Paulo, with a view to providing them with basic knowledge to offer a more qualified service to the deaf and mitigate the communicative barriers between them. It had as participants 37 public servants, in a work load of 30 hours counting on the presence of hearing professionals specialized in the area and two deaf fluent in Libras. An initial questionnaire was applied to meet the demands of the employees and a final one on the self-assessment of their learning's and expectations. The results showed that the majority considered the course of great importance and felt more prepared to offer the deaf a better quality of care, but there were also those who answered that they still felt a certain insecurity, requiring more time of practice and study to establish greater communication for mutual understanding. Regarding the training received, it was considered defective and in accordance with the importance of learning that language, at least basically, not only for in-service communication, but for social inclusion, highlighting the relationship established between theory and practice, at all times, which provided a more critical and reflective training on the acquired knowledge. In the face of social inclusion, it is necessary to carry out training courses in Libras, since the linguistic condition of the deaf is carried out in the form of visual-spatial transmission instead of oral-auditory as in other people.

Keywords: Diffusion of Libras; Public Sector; Training of Public Servants.

Introdução

A história nos aponta que durante vários séculos a educação dos surdos foi relegada ao segundo plano na crença de que o pensamento só poderia ser concebido por meio das palavras articuladas e que, por não ouvirem, as pessoas surdas eram consideradas desprovidas de razão. Novos estudos foram mostrando que a linguagem não pode ser entendida alheia aos contextos significativos nem como simples instrumento de comunicação, pois é por meio de interlocuções e situações discursivas da linguagem que os sujeitos se constituem.

Para Bakhtin/Volochinov (1999) a linguagem é dialógica, isto é, os discursos são produzidos coletivamente emergindo na relação com o outro. A linguagem tem vida em um espaço enunciativo-discursivo e instituída em um processo concreto em que o signo se instaura ideológico e dialogicamente, uma vez que:

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999, p. 123).

De acordo com o autor, a palavra é um signo social atrelada às práticas discursivas da linguagem, já que está a serviço de uma prática social atuando como organizadora do pensamento e planejadora da ação para além do seu aspecto comunicativo.

Sob essa ótica, destaca-se aqui a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras – Língua Brasileira de Sinais, como meio de comunicação e expressão dos surdos brasileiros sendo um “sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades surdas no Brasil” (BRASIL, 2002).

Segundo Gesser (2009) o desenvolvimento da linguagem acontece de maneira análoga a dos ouvintes por meio da Libras, sendo que esta possui todas as características linguísticas de qualquer língua

humana natural. É usada naturalmente em comunidades surdas brasileiras e permite aos seus usuários expressar sentimentos, ideias, ações e qualquer conceito e/ou significado para estabelecer uma interação com as demais pessoas.

A sua oficialização veio fortalecer e garantir o direito do surdo em se comunicar de acordo com a sua diferença linguística culminando com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabelece normas e regras em torno dessa língua. Visando cumprir as determinações do citado Decreto e a necessidade de se garantir aos surdos o acesso às informações, o Art. 26 do Capítulo VIII resolve que:

O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função [...] (BRASIL, 2005).

Esse documento assegura a implementação de medidas sobre os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal que “viabilizarão as ações previstas neste Decreto [...], prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de servidores e empregados para o uso e difusão da Libras [...]” (BRASIL, 2005).

A Libras apresenta regras que respondem pela formação dos sinais e por sua organização nas estruturas frasais e no discurso. Tem um alfabeto manual que, segundo Guarinello (2007, p. 97), “é um recurso usado quando não há um sinal próprio na Língua Brasileira de Sinais, ou seja, é feita uma soletração do Português no espaço”.

De acordo com Pereira *et al.* (2011, p. 61) “os articuladores primários das línguas de sinais são as mãos que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas localizações no espaço”. Dessa forma, a Libras considera cinco parâmetros na formação dos sinais:

- 1) Configuração das mãos – refere-se às formas que as mãos assumem na produção dos sinais;
- 2) Localização – é o lugar, no corpo ou no espaço, em que o sinal é articulado, podendo a mão tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro;
- 3) Movimento – o movimento que a(s) mão(s) descreve(m) no espaço ou sobre o corpo pode ser em linhas retas, curvas sinuosas ou circulares, em várias direções e posições;
- 4) Orientação das palmas das mãos – é a direção que a palma da mão aponta na produção do sinal;
- 5) Traços não manuais – envolvem expressão facial, movimento corporal e olhar (PEREIRA, et al., 2011, p. 61-65).

Com a mesma importância e complexidade desses articuladores se destacam o corpo, a cabeça e as expressões faciais e corporais, oferecendo elementos linguísticos significativos que além de expressarem emoções assemelhando-se às línguas faladas também marcam estruturas gramaticais específicas “servindo para distinguir funções linguísticas, uma característica única das línguas de modalidade visual-espacial” (QUADROS, et al., 2009, p. 7).

De acordo com Quadros et al. (2008):

Podemos separar as expressões faciais em dois grandes grupos: as expressões afetivas e as expressões gramaticais. As primeiras são utilizadas para expressar sentimentos (alegria, tristeza, raiva, angústia, entre outros) e podem ou não ocorrer simultaneamente com um ou mais itens lexicais. [...] Já as expressões gramaticais, estão relacionadas a certas estruturas específicas, tanto no nível da morfologia quando no nível da sintaxe e são obrigatórias nas línguas de sinais em contextos determinados (QUADROS et al., 2008, p. 3).

Na Libras, então, a expressão facial contribui efetivamente para a significação dos sinais para que a mensagem seja corretamente compreendida no momento da comunicação.

Portanto, o contexto comunicacional entre surdos e ouvintes deve ser favorável para que se realizem as interações linguísticas, pois a Libras além de possuir uma estrutura gramatical própria tem sinais que podem ser prejudicados em seu entendimento pela ausência de expressão facial correta.

Libras na constituição da identidade surda

A língua é um aspecto da identidade por meio da qual nos relacionamos socialmente com o outro e compartilhamos da sua cultura. É por meio dela que a criança consolida suas capacidades numa relação social, podendo-se compreender que a identidade está relacionada com aquilo que é produzido pela linguagem, sendo esta configurada num processo histórico, ou seja, está em constante construção (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Conforme aponta Bakhtin (1997):

todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana (BAKHTIN, 1997, p. 279).

A concepção socioantropológica da surdez considera o surdo como membro de uma comunidade linguística minoritária com direito à língua e cultura próprias (SKLIAR, 2004). Nessa visão, a língua de sinais permite aos surdos se identificarem como sujeitos capazes e que participam de uma cultura particular, cuja característica principal é ser visual “anulando a deficiência e permitindo que os surdos consigam, então, uma comunidade linguística minoritária diferente e não um desvio da normalidade” (SKLIAR, 2004, p. 102-103).

Denota-se, portanto, a importância da língua de sinais para os surdos, pois além de possibilitar o desenvolvimento da sua potencialidade linguística possui papel fundamental na apropriação e construção dos conceitos bem como na identidade em todos os seus aspectos linguísticos, cognitivos e sociais.

Sob essa ótica, a cultura emerge através dos signos integrantes dos processos interacionais e comunicativos entre os pares. No caso do surdo, para que possa compartilhar as práticas culturais do contexto social dos ouvintes, “os símbolos que impregnam a cultura só vão se revestir de significado para as pessoas surdas se houver interações sociais e comunicativas significativas que possam decodificá-los” (KELMAN, 2012, p. 55).

Strobel (2008) afirma que cultura surda é:

O jeito do sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (2008, p. 24).

Neste sentido, o que constitui a cultura surda não é o fato de não ouvir, mas o de compartilhar experiências, crenças, sentimentos, língua, dentre outros, havendo, assim, diferentes culturas surdas, ligadas a diferentes espaços geográficos, sociais e históricos (STROBEL, 2008).

A identidade e a cultura são construídas sempre em relação a um determinado grupo ao qual se pertence, diferenciando-se de outro, com o qual se estabelece uma relação de caráter negativo, ou seja, por oposição a ele (MAHER, 2001).

Desse modo, Moreira (2014) aponta que:

Ao que parece, a constituição da identidade e da cultura pelo surdo não está necessariamente relacionada apenas à língua de sinais, mas, sim, à presença de uma língua que lhes dê a possibilidade de constituir-se no mundo como “falante”, ou seja, à constituição de sua própria subjetividade pela linguagem e às implicações dessa “constituição” nas suas relações sociais (p. 197).

Cultura e identidade caminham juntas, pois “seria nessa relação no tempo e no espaço com diferentes outros que o sujeito e a cultura se construiriam” (MOREIRA, 2014, p. 196).

Mediante o exposto, juntamente com as prerrogativas legais que garantem a inclusão social dos surdos em condições de igualdade e também a acessibilidade de informação e comunicação, urge difundir aos servidores públicos o uso da Libras como exercício dos direitos, visando a sua inclusão no contexto social garantindo, assim, a sua cidadania.

Portanto, o presente artigo teve por objetivo analisar os efeitos de um curso de formação em Libras a um grupo de servidores públicos de diferentes setores municipais de uma cidade do interior paulista, com vistas a dotá-los de conhecimentos básicos para oferecer um atendimento mais qualificado aos surdos e atenuar as barreiras comunicativas entre ambos.

Método

Do ponto de vista metodológico o presente estudo pautou-se pela abordagem qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1994), permite que o investigador estabeleça uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo, uma vez que o seu interesse está voltado para o processo que o envolve e não simplesmente para o seu resultado.

Participantes, local e materiais

Participaram da difusão dos conhecimentos básicos em Libras 37 servidores públicos de diferentes setores, sendo realizada em uma sala da Câmara Municipal equipada com computador, acesso à internet e sistema multimídia.

Procedimentos

Primeiramente a presidente do setor legislativo entrou em contato com o grupo de proponentes explicitando o seu interesse em qualificar os servidores municipais para melhor atender o público surdo. Após entendimento mútuo, deu-se início às exposições de conhecimentos teórico-práticos que contou com a presença de dois surdos fluentes em Libras, juntamente com as profissionais especializadas para realizar as interlocuções entre as línguas oral e visual.

Desenvolvimento

O curso de formação contou com 10 encontros uma vez por semana, no período noturno, totalizando 30 horas. Os conhecimentos teóricos consistiram em: história da educação dos surdos, surdez e níveis de perda de audição, aspectos linguísticos da Libras, identidade e cultura surda, e inclusão social. A parte prática foi desenvolvida por 2 surdos usuários de Libras abordando temáticas do cotidiano que visavam preparar os servidores para oferecer um atendimento de melhor qualidade ao público surdo.

Para o desenvolvimento das atividades recorreu-se ao uso de recursos visuais como vídeos e imagens ilustrativas, seguidos de momentos de reflexões e discussões de acordo com a temática apresentada.

No primeiro encontro realizou-se uma dinâmica para o acolhimento onde os servidores se apresentaram e colocaram suas experiências de trabalho no atendimento às pessoas surdas. Aprenderam com os surdos o alfabeto manual brasileiro bem como soletrar os seus nomes, sobrenomes e de familiares de maneira contextualizada; receberam seus sinais de identificação; construíram frases para serem expressas em Libras e, no final do encontro, responderam a um questionário inicial para nortear o desenvolvimento dos passos seguintes.

Os encontros que se seguiram apresentaram dois tipos de dinâmicas: uma teórica, conforme acima mencionado, com duração de 40 minutos aproximadamente e outra prática com a participação direta dos surdos com os temas norteados pelas respostas do questionário inicial como: sinais de família, meses, ano, localização, profissões, sentimentos, verbos, animais, cores e orientações de como ajudar as pessoas surdas a preencherem cadastros e os mais variados tipos de formulários dos setores municipais. Ao final do décimo encontro foi aplicado um questionário auto avaliativo perguntando se os conhecimentos adquiridos ofereceram bases para atender os surdos com melhor qualidade e se atingiu as suas expectativas de aprendizagem.

Resultados e discussões

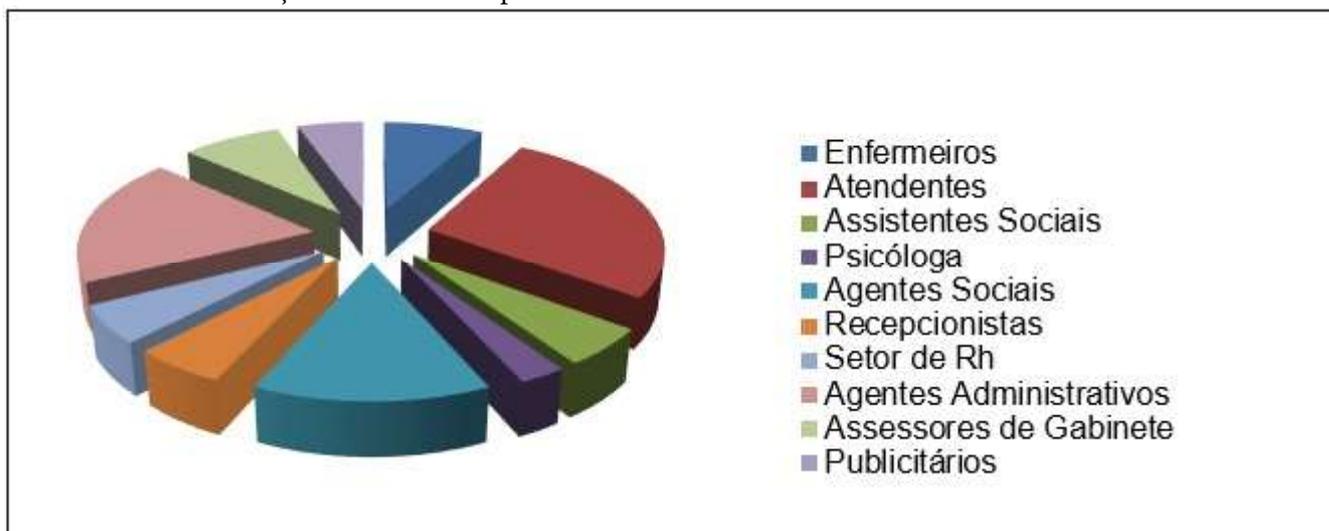
Os dados coletados por meio dos questionários inicial e final com perguntas abertas foram lidos e apresentados de acordo com a frequência das respostas, conforme consta:

Questionário inicial

Este versava sobre: área de atuação profissional; contatos que tiveram com pessoas com surdez; conhecimentos que possuíam a respeito da língua de sinais; interesse em realizar a qualificação; e quais conhecimentos desejavam obter de acordo com a sua área de atuação.

Responderam a essas perguntas 37 servidores públicos e os resultados apontaram 3 enfermeiros, 10 atendentes; 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 5 agentes sociais, 2 recepcionistas, 2 de recursos humanos, 7 agentes administrativos; 3 assessores de gabinete e 2 publicitários conforme aponta o gráfico a seguir:

Grafico 1. Área de atuação dos servidores públicos



Desses, 27 tiveram algum tipo de contato com pessoas surdas sendo 9 com parentes ou amigos e 18 por atendimento ao público. Os demais servidores que somam um número de 10, nunca haviam conversado ou se aproximado de uma pessoa surda.

Quanto ao tipo de conhecimento que dispunham sobre a Libras, 12 responderam que já haviam feito um curso de curta duração e 25 não dispunham de qualquer tipo de conhecimento.

Em relação ao interesse em participar do curso de formação as respostas foram: 22 para aprender a se comunicar melhor com os surdos, 13 adquirir conhecimentos nessa língua e 2 relembrar os conhecimentos adquiridos em um curso de curta duração. Quanto às expectativas os 37 esperavam adquirir conhecimentos na língua de sinais para oferecer um melhor atendimento às pessoas surdas.

Questionário Final

O questionário final foi aplicado ao término do curso de formação em Libras contando com a presença de 32 participantes, pois, os demais justificaram ausência.

A primeira pergunta referiu-se aos contatos que os participantes tiveram com pessoas surdas no ambiente de trabalho durante a difusão e como procederam; a segunda referiu-se sobre uma auto avaliação de seu aprendizado em Libras; a terceira referiu-se a quais conhecimentos teóricos que mais os chamaram a atenção; e a quarta sobre o alcance da expectativa em relação à qualificação recebida.

No que se refere ao contato com pessoas surdas no ambiente de trabalho no transcorrer do curso de formação, 15 responderam que sim e desses, 12 conseguiram atender os surdos havendo comunicação mútua, e também puderam ajudar os colegas em seus atendimentos, e 3 não se saíram bem sucedidos, ficaram tensos e o atendimento deixou a desejar. Não tiveram contato com nenhuma pessoa com surdez nesse período no ambiente de trabalho 17 servidores, mas responderam que se sentiam melhor preparados para atendê-los e estabelecer comunicação caso necessitassem.

Em relação à autoavaliação do conhecimento prático 18 acharam que aprenderam de forma satisfatória; 8 consideraram terem atingido um nível excelente de conhecimento e 6 disseram que precisam praticar mais, pois, não se sentiam muito seguros para atender os surdos de maneira eficiente.

Quanto aos conhecimentos teóricos que mais os chamaram a atenção,¹⁹ indicaram a história da educação dos surdos da exclusão à inclusão, pois não dispunham de informações claras sobre: a supressão do convívio social, do não direito quanto ao recebimento de heranças da família e ao casamento; das proibições de se comunicarem por meio dos sinais e deixarem sua identidade e cultura ao segundo plano e que, por mais de cem anos, em detrimento da oralização, eram submetidos ao treino da fala e da leitura labial.

Os dados históricos nos mostram que essa realidade foi mudando paulatinamente ao longo dos anos graças aos movimentos dos surdos e da sociedade em prol de seus direitos culminando na Lei nº 10.436 que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão dos surdos, seguida de outros documentos legais expedidos pelos órgãos governamentais devolvendo a sua cultura e seus direitos plenos na sociedade inclusiva. Os aspectos linguísticos da Libras chamaram a atenção de 8 servidores por esta ser a língua natural dos surdos e possuir gramática própria, sendo este o componente responsável pela barreira na comunicação entre ouvintes e surdos. Daí a importância de aprender a Libras para se comunicar e estabelecer interação de igualdade com eles. Sobre a identidade e cultura surda, 5 servidores mencionaram que foi interessante conhecer que a linguagem pode ser um fator de discriminação pelas diferenças existentes entre língua de sinais e oralidade, e que é por meio da Libras que os surdos se afirmam em sua identidade surda.

Convém destacar aqui uma citação importante de Santana e Bergamo (2005):

conferir à língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas e cognitivas, tem repercussões também sociais. Ser normal implica ter língua, e se a anormalidade é a ausência de língua e de tudo o que ela representa (comunicação, pensamento, aprendizagem etc.), a partir do momento em que se configura a língua de sinais como língua do surdo, o estatuto do que é normal também muda. Ou seja, a língua de sinais acaba por oferecer uma possibilidade de legitimação do surdo como “sujeito de linguagem”. Ela é capaz de transformar a “anormalidade” em diferença, em normalidade (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 567).

Para as autoras, “a aquisição de uma língua e de todos os mecanismos afeitos a ela, faz com que se credite à língua de sinais a capacidade de ser a única capaz de oferecer uma identidade ao surdo” (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 567).

A língua de sinais oferece uma possibilidade de legitimação do surdo como sujeito de linguagem sendo a surdez entendida como construção cultural, conforme aponta Skliar (1999):

A alteridade surda pode ser melhor compreendida a partir da ruptura de significados referidos à deficiência auditiva e suas ramificações e rarificações discursivas. Ao compreender aos surdos como sujeitos visuais, nenhuma das narrativas habituais sobre os surdos permanece encerrada na tradição dos ouvidos incompletos e limitados (p. 24).

A surdez considerada como diferença linguística é o meio pelo qual se processa a subjetividade surda. Dessa forma, com a aprendizagem e o domínio da língua de sinais, num contexto onde os interlocutores surdos se comunicam entre si, “entram no processo de tornar-se Surdo, com a sua cultura e a sua identidade própria, construída coletivamente na comunidade surda” (MOREIRA, 2014, p. 195).

Para Sá (2012, p. 1) “a cultura se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações, etc., gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade”. Continua a autora afirmando que “as culturas são recriadas em função de cada grupo que nelas se inserem. Os surdos são um grupo minoritário que está lutando para que sua cultura seja incluída no contexto social como legítima” (SÁ, 2012, p. 1).

Neste sentido, a comunicação viso-espacial dos surdos por meio da Libras, em substituição à sua fala e audição, reside no seu meio de conhecer o mundo social em que vive com possibilidades de novas interações, diálogos, compreensões e aprendizagens, sendo essas as principais características de sua cultura e construção de sua identidade.

No que se refere ao alcance das expectativas, os 32 servidores apontaram terem sido satisfatoriamente atendidos e acharam enriquecedora a presença dos surdos fluentes em Libras podendo, dessa forma, aprender diretamente com eles. Também consideraram importante difundir a língua de sinais para minimizar as barreiras comunicativas no atendimento a essas pessoas. Apontaram para a necessidade da continuidade da difusão de conhecimentos em Libras por entenderem que para ter fluência nessa língua o aprendizado não se encerra nos conhecimentos básicos adquiridos até então, mas em ter um melhor domínio dessa língua.

Ressalta-se aqui que um fator de grande relevância para a presente pesquisa foi o feedback dos surdos em relação aos atendimentos oferecidos a eles, conforme descrito a seguir. Após o término do curso com os servidores foi colhida uma amostra com um grupo de 5 surdos da comunidade por meio de uma roda de conversa sobre como se sentiam contemplados recentemente na abordagem pelos profissionais do setor público.

Disseram que sempre iam acompanhados por seus pais ou parentes ouvintes, mas que, dessa vez, durante o atendimento em um pronto socorro da cidade o profissional da saúde se dirigiu diretamente a eles e não ao acompanhante abrindo a possibilidade de participar da conversa na tentativa de comunicação, fazendo-os se sentirem acolhidos e compreendidos. Disseram, ainda, que quando isso não acontecia sentiam-se decepcionados pelo fato de não haver nenhum tipo de comunicação devido ao desinteresse do profissional, por isso não havia interação entre ambos. Outra situação citada refere-se ao atendimento junto ao Poupatempo onde a servidora tentou conversação, apesar de não ser fluente em Libras, e despertou nos surdos um sentimento de empatia.

Segundo eles, para um atendimento viável e acessível, seria imprescindível as repartições públicas disporem de um profissional intérprete de Libras, principalmente, na área da saúde para uma compreensão mais adequada no combate às patologias.

Essas falas nos remetem aos cursos de formação dos profissionais de áreas diversas, além das licenciaturas, que deveriam contemplar a disciplina de Libras de forma obrigatória na grade curricular para que o atendimento ao público fosse mais igualitário e respeitoso quanto às diferenças e especificidades linguísticas da comunidade surda.

Diante do exposto, consideramos que o curso de formação em Libras produziu um efeito bastante positivo na medida em que propiciou um atendimento humanizado e de qualidade para os surdos, mesmo que os servidores públicos ainda não eram fluentes em língua de sinais.

Considerações finais

Conforme apontado anteriormente, a educação dos surdos foi entendida por uma concepção fortemente ligada à oralização devendo seguir os padrões da normalidade durante longos anos. No Brasil foi somente a partir de 2002 por meio da Lei nº 10.436, em 2005 com o Decreto nº 5.626, em 2009 com o

Decreto nº 6.949 e em 2015 com a Lei nº 13.146 que a Libras ganhou visibilidade devido os grandes avanços para o seu reconhecimento enquanto língua oficial dos surdos brasileiros. Também, o direito ao intérprete de Libras na escola e nos diferentes contextos sociais; a garantia de escolas e classes de educação bilíngue; e o direito à participação dos acontecimentos sociais através da acessibilidade e igualdade de direitos.

Além dos documentos normativos contou-se, ainda, com renomadas pesquisas de várias áreas do conhecimento, principalmente da linguística, apontando sobre a importância da Libras como a língua natural ou materna dos surdos permitindo-os expressar sentimentos, ideias, ações, conceitos e significados, possibilitando a convivência entre seus pares e a compreensão do mundo em que vivem.

A inclusão trouxe consigo as raízes do passado e, por mais evoluído que esteja o pensamento contemporâneo, é recorrente encontrarmos resquícios culturais obsoletos que levam muitos ouvintes a se distanciarem dos surdos por não entenderem que a sua língua é o instrumento que lhes dá cultura, valor, conhecimentos e identidade.

No caso dos profissionais do setor público participantes do curso de formação em Libras, estes tiveram a oportunidade de conhecer as especificidades linguísticas do surdo e na medida em que foram dotados de conhecimentos básicos na língua de sinais ofereceram um atendimento mais qualificado aos surdos, atenuando as barreiras comunicativas entre ambos.

Neste sentido, foram de grande relevância os momentos de reflexões e ações com os servidores públicos no compartilhamento de aspectos teóricos e práticos sobre surdez e Libras, além das experiências vividas por eles no atendimento ao surdo em suas repartições de trabalho, e as dificuldades encontradas como: ter receio de se aproximar por desconhecer a língua, não conseguir entender a mensagem transmitida por ele, ser tomada pela preocupação de fracassar ao se aproximar, recorrer sempre ao ouvinte acompanhante, temor do desconhecido e muitos outros. Foi acreditando na relação teoria e prática que estabelecemos um contexto dialógico na construção de saberes para a formação de pessoas mais críticas e reflexivas na busca da transformação social desses servidores participantes. Conforme aponta Freire (1987, p. 38), “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”.

Urge, portanto, promover o acesso às informações e difundir conhecimentos a fim de fortalecer e garantir os direitos linguísticos e de cidadania conquistados, assegurando uma maior interação entre surdos e ouvintes para que estes, de forma consciente, atendam às especificidades da cultura surda.

Diante das experiências vivenciadas no decorrer dessa difusão de conhecimentos básicos em Libras, destacamos a necessidade de apresentar mais ações que atendam ao Decreto nº 5.626/2005, principalmente no que tange às responsabilidades do poder público para “implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado por meio do uso e difusão de Libras” (BRASIL, 2005).

Diante do exposto, compartilhamos com os estudiosos dessa área que a Libras faz-se imperativa na construção da cultura e identidade dos surdos, sendo essa adquirida por meio das experiências visuais e realizada no espaço garantindo-lhes a aprendizagem de qualquer conteúdo, pois, sua condição linguística se pauta na modalidade de transmissão viso-espacial em vez de oral-auditiva como nas demais pessoas.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997. 512 p.
- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9. ed., São Paulo: Hucitec, 1999. 204 p.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 240 p.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. 336 p.
- BRASIL. 2002. **Lei Federal nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 25/02/2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. 2005. **Decreto-Lei nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 25/02/2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 254 p.
- GESSER, A. 2009. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola. 2009, 88 p.
- GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007. 152 p.
- KELMAN, C. A. Multiculturalismo e surdez: respeito às culturas minoritárias. In: LODI, A. C. B.; et al.; 2012. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 49-69.
- MAHER, T. M. Sendo índio em português. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado das Letras/ FAPESP/FAEP, 2001.
- MOREIRA, C. M. Tornar-se surdo: um processo histórico e cultural. **Revista Exitus**, v. 04, n. 01, jan/jun. p. 183-202, 2014.
- PEREIRA, M. C. da C.; Et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, 127 p.
- QUADROS, R. M. de.; PIZZIO, A. L.; REZENDE, P. L. F. **Língua Brasileira de Sinais II**. Material didático do curso de Letras-Libras a distância. Florianópolis: UFSC, 2008, 37 p.
- QUADROS, R. M. de; PIZZIO, A. L.; REZENDE, P. L. F. **Língua Brasileira de Sinais I**. Material didático do curso de Letras-Libras a distância. Florianópolis: UFSC, 2009, 39 p.
- SÁ, N. L. de. Existe uma cultura Surda? **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 1-12.
- SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. 2005. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20/08/2018.
- STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, 146 p.
- SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul/dez. 1999. Trad. Márcia Lise Lunardi.
- SKLIAR, C. (Org.). 2004. **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 4. ed., Porto Alegre: Mediação, 144 p.
- SKLIAR, C. (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, 192 p.